

Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas

Local Development: conceptual and methodological questions

Desarrollo Local: cuestiones conceptuales y metodológicas

Sérgio Ricardo Oliveira Martins
Universidade Católica Dom Bosco

contato: sergiom@ucdb.br

Resumo: A visão humanista e ecológica requer, para sua compreensão e crítica, uma revisão de posturas e de estrutura de sentimentos, o que significa rever (portanto, questionar) convicções e crenças teóricas. De fato, a proposta humanista, holística e ecológica está na essência do conceito de desenvolvimento local, que assim adquire maior complexidade e se torna um desafio à reflexão.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; participação social; desenvolvimento endógeno.

Abstract: To understand and criticise the humanistic and ecological viewpoint, it is necessary to review attitudes in the structure of sentiments, which means reviewing (and as such, to question) convictions and theoretical beliefs. It is certain that the humanistic, holistic and ecological proposal is the essence of local development, which thus acquires major complexity and becomes a challenge for reflection.

Key words: Local development; social participation; endogenous development.

Resumen: La visión humanista y ecológica requiere, para su comprensión y crítica, una revisión de posturas y en la estructura de sentimientos, lo que significa rever (por lo tanto cuestionar) convicciones y creencias teóricas. De hecho, la propuesta humanista, holística y ecológica están en la esencia del concepto de desarrollo local, que de esta forma adquiere mayor complejidad y se vuelve un desafío a la reflexión.

Palabras claves: Desarrollo local; participación social; desarrollo endógeno.

1. Introdução

A atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento. Está claro que aspectos fundamentais que identificam tal mudança de paradigma chegam até nós nas leituras e nas discussões sobre desenvolvimento local, que é muito mais do que um conceito. Entende-se aqui que a dificuldade de entender (por conseguinte de aceitar) o desenvolvimento local é decorrente de concepções e posturas pouco ou nada conciliáveis e mesmo opostas ao estabelecimento de uma nova cultura do desenvolvimento.

Entende-se que os pressupostos da visão humanista e ecológica requerem, para sua compreensão, uma revisão de posturas. Não há espaços para fetichismos e radicalismos de qualquer espécie, tampouco para concepções restritas de cultura. Igualmente necessário é rever a nossa estrutura de sentimentos, porque se exige sensibilidade em dose suficiente para não conciliar com a arrogância tecnicista e, não raro, etnocêntrica. Certamente nada disso é fácil, sobretudo porque, no mínimo, significa rever (portanto, questionar) convicções e crenças teóricas, o que certamente poucos estão dispostos a empreender e aceitar. Se de fato este não é o

maior problema, talvez entender (aceitar seria uma outra questão!) a proposta humanista, holística e ecológica, que está na essência do conceito de desenvolvimento local, seja algo realmente complexo que está a exigir muita reflexão. O presente trabalho, enquanto produto desta reflexão, se propõe a analisar aspectos conceituais e metodológicos do desenvolvimento local, cuja compreensão, em última análise, requer uma visão de mundo bem distinta da convencional, aquela centrada no racionalismo objetivista e cartesiano e em valores materialistas e adeptos do consumismo.

Enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal ("ganhar a vida") e ilimitado ("quanto mais melhor"), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários. Mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade. É certo que compreender o desenvolvimento local requer, indispensavelmente, que se reflita sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno.

2. Desenvolvimento ou (des)envolvimento: a questão da participação

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Sua promoção, mediante o desrespeito e a desconsideração das diferenças culturais, da existência de outros valores e concepções, já teria funcionado como “Cavalo de Tróia”, que, vestido da sedução do progresso, teria carregado em seu interior o domínio e a imposição culturais que desequilibram e abalam as sociedades. É, pois, certo que a história do desenvolvimento, na qual invariavelmente se atribui importância secundária à dimensão cultural, estão presentes mentalidades etnocêntricas, evolucionistas e racionalistas (Verhelst, 1992).

Desenvolvimento associado a progresso material decorre de uma visão positivista que só enxerga desenvolvimento no crescimento de taxas e indicadores econômicos. Também encontramos a crença do progresso linear e tecnicista, características, aliás, do próprio modernismo (Harvey, 1998). Entender o desenvolvimento, de fato, não se trata de mera questão conceitual, mas de postura e de sentimento, basicamente sustentados pela modéstia e promotores da simplicidade. A dimensão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas (Torras, 1995). Voltar-se para as pessoas e não para os objetos, eis o princípio básico do desenvolvimento à escala humana (Max-Neef, 1986). Não obstante, objetivar as pessoas e propor a sua participação em todo o processo de desenvolvimento (do planejamento à ação), mesmo que resultem em melhorias efetivas das condições materiais de vida, são insuficientes para assegurarem a continuidade do processo. O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação.

Desenvolvimento endógeno seria aquele balizado por iniciativas, necessidades e recursos locais, tal como uma comunidade que de fato se conduz a caminho do desenvolvimento, ou da promoção do seu bem-estar. Neste processo, a participação comunitária assumiria uma destacada condição do desenvolvimento local, seja de sua efetivação, seja de continuidade (La Dinámica, 1992). Como propõe Martín (1999, p. 172), o desenvolvimento local proporcional à escala humana deve ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do “protagonismo real e verdadeiro de cada pessoa”. Entende-se que criar as condições para que a comunidade efetivamente exerça este protagonismo se afigura como o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça, considerando que, diferentemente da Europa, estamos diante de realidades locais nas quais persistem algumas ausências importantes: da cidadania, da identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança.

Assim, o caráter necessariamente participativo e democrático do desenvolvimento local é o seu “calcanhar de Aquiles”, uma vez que a participação é de fato uma conquista a ser empreendida individualmente por cada pessoa, num processo em que cada vez mais ela se torna cidadã (Demo, 1988). Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade. Por certo, são estes requisitos difíceis de serem obtidos, sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia.

Ávila (1993, p. 5), defendendo o que denomina de “municipalização qualitativa”, em termos de que seja esta uma “...saída, talvez porta única, na atualidade, para a endogeneização de nosso desenvolvimento...”, atribui importante papel à participação popular. Entende-se que a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. Participação é empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender. A avaliação feita por Fernández (1995 p. 34) dos grupos locais da iniciativa comunitária Leader 1, na

Espanha, cujo resultado aponta uma escassa participação da população local, faz crer que este é o maior desafio a ser enfrentado por qualquer estratégia de desenvolvimento local.

É importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Neste sentido, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar, isto é, com o chamado capital social. Embora complexo e conceitualmente ainda impreciso, o capital social assume patente visibilidade enquanto recurso potencial de desenvolvimento, tanto mais pelo fato de que tem seu aporte na dimensão cultural e não apenas sociológica ou espacial¹.

Conclui-se que a participação não pode ser vista como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização ou conscientização popular. Ela é muito mais do que um atributo do diagnóstico ou um recurso da ação planejadora. Negligencia-se a participação mesmo quando se empreendem todos os esforços em oferecer às pessoas a oportunidade ampla e irrestrita de participar. O esvaziamento de uma reunião pode não expressar desinteresse, mas ser um indicativo importante de que o seu conteúdo não foi perfeitamente entendido ou aceito. Neste sentido, participativo não é o processo em que apenas se assegura a oportunidade da participação, mas aquele que a promove em todos os sentidos, porque nela deposita sua própria condição de vitalidade. Isto significa acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa.

3. Desenvolvimento local para quê?

Na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (Comitê, 1995) concebe o desenvolvimento local como um processo de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, com base no aproveitamento ótimo dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Neste caso, observa-

se uma clara preocupação com a geração de emprego e renda, que tem sido a tônica na Europa, aparecendo de forma contundente também aqui no Brasil². Dowbor (1996), por exemplo, após admitir que o desenvolvimento local não deve ser apenas pensado por uma “lógica economicista”, afirma que tal estratégia de ação de base local, na atualidade econômica e social do Brasil, deve considerar o “problema da necessidade da geração de emprego e renda”. É certo que o desenvolvimento local não constitui a única saída para a crise do desemprego, mas encerra a perspectiva do enfrentamento deste e de outros problemas socioeconômicos. Desenvolvimento local, todavia, não equivale a geração de emprego e renda, não obstante tem sido esta a tônica de grande parte dos projetos (não raro, práticas sem fundamento teórico) que levam a rubrica de desenvolvimento local.

Mahbub Ul Haq (1978), após apontar os “sete pecados” dos planejadores desenvolvimentistas, conclui que o desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda. A oportunidade de escolha, o direito à liberdade e a condição das pessoas de optarem e buscarem por melhores condições de vida formam, pois, o cerne do conceito de desenvolvimento humano.

Para Rozas (1998), desenvolvimento local é a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza. Não se trata, contudo, de buscar tão somente o atendimento às carências materiais, mas a identificação e a promoção das qualidades, capacidades e competências existentes na comunidade e no lugar. Mas a superação das piores manifestações da pobreza na atualidade requer igualmente uma revisão de conceitos e, sobretudo, de posturas. Muito apropriadamente, Yunus (1998) afirma que não se pode solucionar o problema da pobreza com o mesmo “marco teórico” que permitiu ou ajudou na sua criação.

O enfrentamento e a superação da pobreza têm sido a tônica do desenvolvimen-

to local pensado e praticado na América Latina. Cada vez mais seus pressupostos humanistas têm servido a projetos que objetivam erradicar a miséria. Neste contexto, a participação representa um desafio ainda maior, haja vista que os segmentos mais carentes, não raro migrantes, portanto viventes em um processo de inserção socioespacial, têm ainda mais dificuldade de se envolver e contribuir efetivamente nos projetos. Colocá-los na condição de maiores beneficiários do processo, contudo, assegura apenas o atendimento emergencial às suas necessidades.

4. Local, essencialmente um sentido de lugar: a questão da escala

Implícita no conceito de desenvolvimento local está obviamente uma questão de escala territorial. O entendimento da escala local, como aquela que permite a eficácia das ações e um melhor acompanhamento dos resultados, está associado ao fracasso de um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização a qualquer custo, no consumo de massa, em altíssimos custos ambientais e sociais, viabilizado por ampla disponibilidade de capitais (Leroy, 1997, p. 88-89). Uma nova concepção de desenvolvimento, que valoriza o local como referência territorial (sentido de lugar) e que ganha força, na Europa, a partir dos anos 80, quer aproximar-se das pessoas, apoiar-se na solidariedade comunitária, instrumentalizar a comunidade, envolvendo-a efetivamente na superação dos problemas e na promoção do desenvolvimento endógeno (Gobierno Vasco, 1994).

Quando se fala de "local", está-se referindo à escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana, que sobre uma base territorial constróem sua identidade. O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; o "espaço da convivência humana", onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento (Martín, 1999). É, pois, fundamental observar que o território adquire um destacado papel enquanto condição e fator de desenvolvimento, qualquer que seja a comunidade considerada. Não se trata, portanto, de mero suporte das ações humanas, mas de

um agente que, de acordo com suas potencialidades e limitações, pode favorecer ou dificultar o desenvolvimento (González, 1998). É esta precisamente a idéia do território enquanto meio inovador, na medida em que é considerado fator, e não apenas *locus*, da inovação, isto é, do pensamento criativo que, na forma de empreendedorismo, planejamento de ações, se volta para a solução de problemas sociais, econômicos e ambientais.

Parece mesmo elementar que toda reflexão, investigação ou ação na escala local devam ser realizadas à luz da realidade cotidiana, isto é, que devam incidir sobre problemas relevantes e concretos de uma comunidade em seu entorno ou lugar, sem perder de vista as múltiplas determinações e interações com outras escalas ou níveis de análise. O lugar é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial. Há, pois, uma "ordem local" diretamente associada ao cotidiano das pessoas, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (Santos, 1996a). Esta é a escala humana, que se identifica pela relação entre as pessoas, entre estas e o seu entorno (ambiente, empresas e instituições), pautada na interdependência e na comunidade de interesses, mas também, e principalmente, no cotidiano conflitante e solidário vivido em comum.

A força do lugar (ordem local) reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (Santos, 1996a; Le Bourlegat, 2000). O lugar se apresenta para as pessoas por sua materialidade, pela aparência conhecida e familiar dos elementos que o compõem - casas, ruas, campos, a vizinhança, o clima habitual, etc. É certo que tal materialidade participa ativamente da vida das pessoas, envolvendo-as por todos os lados, sendo assim, é no território, que os fatos ganham plena significação, tornando-se fatos socioespaciais. O enfoque socioespacial deve transcender a representação espacial e a localização dos fatos, e apreender o processo em que estes mesmos fatos adquirem em significação social. A cidadania, por

exemplo, poderá não passar de figura de retórica se não relacionada com o território. Cidadão não é todo aquele que tem direitos e deveres assegurados por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Neste sentido, Santos (1996b, p. 123) afirma que as condições de acesso aos meios de vida dependem, em grande medida, de como as pessoas estão situadas (e não apenas localizadas) no lugar, e conclui que “O cidadão é o indivíduo num lugar”. Isto quer dizer que, ao envolver práticas territoriais, em distintas espacializações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros.

Na atualidade, as relações entre o global e o local adquirem papel fundamental no desvendamento de ambos. Local e global são, com efeito, duas ordens imbricadas, essencialmente contraditórias e insuperavelmente dialéticas (Benko, 1996, p. 65). A ordem global é a representante dos interesses “estranhos” ao lugar e à comunidade. A idéia de estranheza, cada vez maior entre as “ações” e os lugares (neste incluindo as pessoas), torna-se imprescindível à análise do mundo de hoje. É mais uma vez Santos (1996a, p. 65) que chama a atenção para o fato de que, na atualidade, deve-se considerar que as “ações” são cada vez mais estranhas ao lugar e às pessoas, criando duas escalas, uma de “realização” e outra de “comando”. O estudo do lugar requer assim sua observação a partir de distintos níveis de análise.

É oportuno retomar o problema da delimitação física ou cartográfica do lugar. Trata-se de uma interessante questão de método, que certamente se complica, se for meramente considerada como uma questão de precisar limites territoriais. Mas, como afirma Castro (1995), definir “tamanhos” é um problema elementar da abordagem geográfica, além de constituir uma inquietação para outras áreas que lidam com o espaço. Obviamente tem-se aí uma questão de escala, entendida esta mais como “unidade de concepção” e não como unidade de medida, limitada a um mero exercício matemático. Entende-se que o espaço local define-se por um conteúdo ecologicamente dinâmico e historicamente elaborado e experienta-

do pelas pessoas que nele moram (ou moraram). Grosso modo, as pessoas, consideradas em suas distintas possibilidades sociais e econômicas, relacionam-se com as condições de ocupação e sobrevivência do lugar, com ele se identificam, dele se apropriam, nele formam raízes. Insiste-se que esta é a essência do lugar, chave da elaboração e da compreensão de sua identidade. Na perspectiva da vida à escala humana, na medida em que o objetivo maior é a conquista do bem-estar, o dimensionamento do lugar só adquire sentido se considerado em função da abrangência e contigüidade espacial dos interesses, dos problemas vividos pela comunidade e dos recursos existentes.

Lacoste (1988, p. 74) ensina sobre a significação da escala, observando seu caráter qualitativo e não apenas quantitativo. Afirma que diferentes escalas não correspondem tão somente a “diferenças quantitativas”, mas igualmente a “diferenças qualitativas”. A escala de estudo não deve, pois, resultar de uma única e derradeira escolha, mas é fundamental estar consciente das limitações e possibilidades que se interpõem à análise através da escala. Se a realidade diante dos olhos não é a mesma segundo a escala dada é sobretudo porque ela é multidimensional e multiescalar, não permitindo que o mesmo fenômeno possa ser observado em escalas distintas. A seriedade da questão da escala reside precisamente nas possíveis distorções (e “ocultações”) que ela possa engendrar na realidade observada (p. 84). Lacoste propõe que a escolha da escala deva ocorrer em função do nível de análise, isto é, no “tamanho do espaço” a ser considerado pelo estudo (p. 88-90). A escolha da escala é, pois, submissa ao tipo de problema ou à ação que se quer praticar. É interessante observar, que o número de variáveis (“interseção de conjuntos espaciais”) se torna cada vez maior à medida que o tamanho do espaço se reduz (p. 90). É, pois, como certa vez alertou Milton Santos: “Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do “mais pequeno” (Santos, 1988, p. 3).

Assim, o manejo da escala na análise territorial está longe de constituir um exercício meramente matemático ou restrito à

representação cartográfica. Souza (1996, p. 16) propõe uma espécie de “raciocínio multiescalar” para se alcançar maior poder explicativo e perceber melhor a magnitude dos fenômenos. À escala local, por exemplo, a segregação socioespacial é qualificada como problema socioeconômico (e, obviamente, político) para o poder público local, preocupado com a elevação da pobreza urbana ou com o déficit habitacional. À escala regional, são os fluxos migratórios articulados para o trabalho, percebidos como resultado e condição de uma atividade econômica. Somente à escala do lugar é possível apreender a dimensão humana do sofrimento, das angústias, frustrações e expectativas.

5. Cotidiano e situação de vizinhança

Ao se tratar aqui do conceito de cotidiano, far-se-á investido da consciência de estar transitando entre duas correntes de pensamento que se opõem (sem se excluírem) no que se refere à existência das coisas (dos “objetos”, do espaço). De um lado, o materialismo e a objetividade, desde Aristóteles a Karl Marx (passando por leva de pensadores, como Descartes e Newton), segundo os quais as coisas existem independente da consciência humana³. Do outro, o idealismo subjetivo, desde Berkeley a Kant (passando por Leibniz e, com certa dose de objetividade, por Hegel) que genericamente negava a realidade objetiva e somente admitiam a existência material por via das “idéias” (Oliveira, 1988; Haesbaert, 1990).

Acredita-se que o estudo do cotidiano pode acrescentar novos significados ao lugar. Mas o que vem a ser o cotidiano?

O cotidiano aparece em Kosik (1989) como expressão da própria existência humana no mundo. Trata-se, pois, da realização dos afazeres diários, repetição das atividades vitais. Movida por preocupações, a pessoa organiza seu dia-a-dia, criando uma rede de relações que a influencia; o modo como vive (“existência”) expressa uma cotidianidade. Nas palavras do autor, “A vida cotidiana é antes de tudo organização, dia a dia, da vida individual (das pessoas); a repetição de suas ações vitais é fixada na repetição de cada dia, na distribuição do tempo em cada dia” (p. 69).

Em Lefebvre, o cotidiano é concebido como a dimensão constituída e instituída pelo “vivido”. Para ele, a vida cotidiana não acontece sem o “uso” que se faz do espaço e do corpo, mas também da “repetição” dos afazeres de todos os dias (Seabra, 1996; Silva, 1997). Tarefas simples diariamente executadas sempre da mesma maneira, como “levantar-se”, “tomar café” ou “ler o jornal”, marcam o compasso do dia e contêm as dimensões da existência. Mas se o cotidiano faz-se da “repetição” (da mesmice), ele dá margem para o conflito e para o surgimento do novo, a “insurreição do uso”.

O espaço cotidiano (o entorno) aparece como um campo de possibilidades onde se dá a “prática social”, por sua vez correspondente a uma prática espacial. Sem omitir o mundo real, a consciência (o pensamento) constrói um espaço de “virtualidades”, um objeto de representações. Eis o que Lefebvre chama de “consciência do possível”, que representa uma ordem estabelecida, mas freqüentemente a subverte (Lutfi et al., 1995, p. 96-97).

Em Certeau (1999, p. 201-2), o lugar como ordem na consistência de seus elementos, como “configuração instantânea” de posições, é também um campo de possibilidades que se abrem às pessoas. Para o autor, da prática do lugar que subverte a sua “geometria”, sublevando-se contra a ordem estabelecida em sua configuração territorial, nasce o espaço (“...o espaço é um lugar praticado.”). Nesta “fenomenologia do existir no mundo”, que é o cotidiano, prática do dia-a-dia, confrontar-se-iam o lugar (o material, estático, ordem construída) e o espaço (a percepção, a representação, a subversão). O lugar seria o campo do “permitido” enquanto o espaço, o do “possível”. Na essência desta distinção, feita por Certeau, está a sua concepção de cotidiano, feito da prática que cumpre a ordem estabelecida, mas sobretudo da prática que subverte esta ordem, que vai além do permissível porque orientada pelo possível.

Certeau mostra uma concepção abertamente subjetiva de espaço, sendo este construído pelo sujeito histórico que atua no “teatro objetivo”, que é o lugar. Neste sentido, o espaço seria a percepção (e a perspectiva) das pessoas com base na experiência

vivida. Assim dependente da percepção e da experiência, o espaço não pode passar de um produto da consciência humana. Entende-se aqui que tal concepção de espaço, dependente da consciência para existir (“espaço mental”), serve menos à compreensão da realidade, do que aquele que confronta a consciência, mesmo sendo também um produto dela. A distinção feita por Certeau entre lugar e espaço, o primeiro como equivalente da configuração territorial, mera disposição de materialidades, e o segundo, a prática cotidiana que reinventa (“atualiza”) o lugar, a “ordem”, na verdade se presta à apreensão muito mais de uma dimensão do espaço e do lugar, o cotidiano. Se o lugar é materialidade construída, é também residência do sentimento, da emoção. É oportuno lembrar que tal materialidade traz em si também a idéia (ou a ideologia!) de quem a concebeu em um plano antes de produzi-la. A ordem construída, além de ordem preconcebida pela consciência, é ordem também condicionadora (às vezes ditadora) de novas consciências. Como na fenomenologia de Husserl, segundo a qual “toda consciência é consciência de alguma coisa”.

Se o cotidiano serve à análise geográfica, é sobretudo por sua inseparabilidade do lugar, por ser essencialmente prática socioespacial. O cotidiano remete à proximidade de uma situação de vizinhança. Segundo Santos (1996a, p. 255), em uma análise da situação de vizinhança, a proximidade cumpre um papel fundamental enquanto base da “socialidade” e geradora da solidariedade e da identidade.

No lugar, a dialética entre a cooperação e o conflito move a vida social em comum. Neste contexto, onde se supõe o conhecimento entre as pessoas e o conhecimento do lugar, como ficam aqueles que chegam de fora, os migrantes, que trazem, na memória, outro cotidiano, a experiência vivida em outros lugares? Santos (1996a, p. 263) afirma que, para os migrantes, a memória, voltada para o passado, lhes é inútil. Passada a “perplexidade” e o “atordoamento”, a idéia de futuro se forma enquanto se vai conhecendo o “novo” lugar. O desconhecimento do espaço força-os a uma nova consciência, a que “olha para o futuro” (p. 263-4).

6. Por uma abordagem integrada

Fugir da concepção de mundo fragmentária e mecanicista (cartesiana-newtoniana) supõe buscar uma visão integrada ou holística (ou ainda ecológica) que se aperceba da natureza sistêmica da realidade socioespacial. No mundo atual, verifica-se a superposição cada vez mais numerosa e imbricada de interesses e de forças, em qualquer que seja a porção do espaço observada, invalidando quaisquer concepções ou conceitos estanques, parcializados ou estáticos, por qualquer que seja a área do conhecimento.

Capra (1982, p. 14) assinala que uma ampla crise está a promover uma mudança de paradigma, que marca a superação da concepção mecanicista-fragmentária pela holística-integrada. Para este autor, uma compreensão “apropriada” do mundo atual, dos seus inúmeros problemas, não pode se dar sem uma “... nova visão da realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores”.

A racionalidade e o reducionismo que cindiu a unidade entre a natureza e o “homem”, o corpo e a mente, concernente ao método cartesiano, não obstante ter sido responsável pelo grande desenvolvimento científico, forjou pensamentos e atitudes incapazes ou inconciliáveis à apreensão intuitiva da realidade. Para Capra (1982, p. 35), o conhecimento intuitivo se assenta na experiência direta, no “estado ampliado da percepção consciente”, que é tendencialmente sintetizador, holístico e ecológico.

Presencia-se esta (re)descoberta, isto é, a crescente valorização do conhecimento intuitivo, quando o cotidiano e outras dimensões da existência humana como “emoção”, “percepção” são cada vez mais utilizados como recursos analíticos na compreensão da realidade, do espaço.

Para ser integrada ou holística e, deste modo, conveniente com uma “nova visão da realidade”, a abordagem deve ainda conceber a totalidade como sistêmica, isto é, fundada na consciência do “estado de inter-relação e interdependência”, dos fenômenos físicos, biológicos, psicossociais e culturais (Capra, 1982, p. 259). O princípio sistêmico supõe considerar que o modo como as par-

tes se relacionam e participam do todo é mais importante do que as próprias partes, sendo esta uma questão de método fundamental da abordagem integrada.

O conhecimento sobre o funcionamento de sistemas, a partir das observações dos organismos vivos, tem revelado princípios de organização fundamentais à sobrevivência dos mesmos. Do ponto de vista sistêmico, a sobrevivência de um organismo (“sistema vivo”) não se dá sem associação e interação com o ambiente. São estas relações de interação, que explicam e dão sentido à vida individual, que a concepção mecanicista e fragmentária não é capaz de se aperceber e compreender adequadamente. Um sistema, como afirma Capra (1982, p. 260), é uma “totalidade integrada”, de tal modo que não está limitado às suas partes constituintes, sendo também elas totalidades sistêmicas.

A concepção sistêmica, base para uma abordagem integrada, holística, pode igualmente servir como potencial analítico para uma compreensão da totalidade socioespacial. Em primeiro lugar, uma abordagem sistêmica da formação socioespacial deve fugir à tentação funcionalista de considerá-la como um organismo vivo. Pode ela ser vista e estudada como um sistema, sendo deste modo equiparada a uma organização cuja estrutura, em interação com o meio ambiente, é obrigada a uma constante mutação; a interação com o meio supõe, simultaneamente, a adaptação e a ação no processo ininterrupto de busca do equilíbrio (em si e com o meio), condição aliás indispensável de sua continuidade. Internamente, o “sistema social” determina os papéis e uma ordem a ser cumprida pelos indivíduos (Brito, 1986). A questão é complexa e, portanto, de difícil tratamento. Todo esforço para não “naturalizar” o que é social e histórico não será em vão. Não obstante, uma abordagem sistêmica da realidade pode ser mais apropriada à apreensão da totalidade socioespacial, do movimento e da transformação historicamente contínuos. As tensões sociais, a subversão da ordem pela vontade pessoal e o desencontro entre o geral (social) e o individual não devem ser encarados como “disfunções” do sistema social, mas como forças internas que atuam dialeticamente no processo evolutivo incessante de todo e qual-

quer sistema. Mas enquanto totalidade socioespacial, não há uma evolução da sociedade independente do seu meio. É fundamental, portanto, saber como ela atua sobre o meio, como o altera e é alterado por ele.

7. Considerações finais

Está claro que o desenvolvimento local não é um receituário de medidas prontas, tampouco padronizadas, para serem aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia de ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. O desafio maior é certamente criar e consolidar uma outra “cultura de desenvolvimento”, cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica). Neste sentido, o enfrentamento e a superação das distintas formas ou manifestações assumidas pela pobreza requer uma visão mais integrada e humanitária do próprio desenvolvimento. Requer uma visão mais dinâmica da própria pobreza, a ser entendida como fato historicamente determinado e como realidade sustentada por um conjunto de relações socioeconômicas e políticas.

Tal como Capra (1982, p. 410), aqui se acredita que um paradigma voltado para valorização humana, está em andamento apesar das aparências. Por certo há um longo e tortuoso caminho a percorrer. Neste sentido, embora difícil, será indispensável rever algumas de nossas crenças e convicções. Sem embargo, este é o desafio maior a ser enfrentado.

Notas:

¹ “La cultura cruza todas las dimensiones del capital social de una sociedad”, afirma Bernardo Kliksberg (1999, p. 90).

² Cf. “A região como ‘locus’ do desenvolvimento econômico”, por João Pizysiezniç Filho (Gazeta Mercantil, 19/8/98) e “Emprego e desenvolvimento local”, por Byron Queiroz (Idem, 5/9/98).

³ É de Aristóteles a conhecida frase “O que não está em nenhum lugar não existe.”

Referências bibliográficas

- ÁVILA, V. F. *Municipalização para o desenvolvimento*. Campo Grande: UFMS, 1993.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRITO, S. P. *A Sociologia e a abordagem sistêmica*. São Paulo: Papirus, 1986.
- CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1 - artes de fazer*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COMITÉ Económico y Social de Las Comunidades Europeas. *Dictamen sobre el desarrollo local en la política regional comunitaria*. Bruxelas: CES, 1995.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, S. Caccia (org.). *Desenvolvimento local, geração de emprego e renda*. São Paulo: Polis, 1996.
- FERNÁNDEZ, C. B. Evaluación y resultados de la Iniciativa Comunitária LEADER 1. *Cuadernos de Aguilar, Conferencias*, Sl., p. 26-47, 1995.
- GOBIERNO BASCO. *Estudios de economía, manual de desarrollo local*. Vitoria-Gasteiz: Departamento de Economía y Hacienda, 1994.
- GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición de aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Económico*, ano 1, n. 1, Salvador, nov. 1998.
- HAESBAERT, R. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. *Terra Livre*, São Paulo, Marco Zero/AGB, n. 7, p. 63-92, 1990.
- HAQ, M. *A cortina da pobreza: opções para o Terceiro Mundo*. Tradução de Richard Paul Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL* 69, dez. 1999.
- KOSIK, K. *A dialética do concreto*. 5. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- LA DINÁMICA local, una garantía de continuidad. *Leader Magazine*, S.I., n. 2, p. 11-15, Invierno, 1992-93.
- LACOSTE, Y. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 1, n. 1, p. 13-20, set. 2000.
- LEROY, J. Modelos de desenvolvimento em questão. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *A luta pela terra*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 87-98.
- LUTFI, E. P. et al. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87-97.
- MARTÍN, J. C. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.
- MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. In: *Development Dialogue* (número especial). Santiago do Chile, 1986.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Geografia, pequena história crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 66-110.
- ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. In: *Excerpta*, Universidade do Chile, n. 7, 1998. (Na Internet: <http://rehue.csociales.uchile.cl>)
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996b.
- SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.
- SILVA, A. C. M. O cotidiano na perspectiva dos ritmos. *Revista Geosp*, São Paulo, n. 2, p. 31-34, 1997.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à Geografia*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SOUZA, M. L. A teoria sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento socioespacial. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez. 1996.
- TORRAS, M. *La participación de los pueblos en su desarrollo*. Barcelona: Intermón, 1995.
- VERHELST, Thierry G. *O direito à diferença*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- YUNUS, M. Hacia un mundo sin pobreza. *Clube de Debate de la Universidad Complutense de Madrid*. Madri, 1998.